

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

**FACTORES SUBJACENTES À EXPULSÃO DE JOVENS CABO
VERDIANOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A SUA (RE)
INSERÇÃO EM CABO VERDE – O CASO DA BRAVA**



**TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO AO I.S.E PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

AUTOR: Manuel Correia Cabral

ORIENTADOR: Doutor Jacques Santos

Praia, Agosto 2007

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO AO I.S.E PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**FACTORES SUBJACENTES À EXPULSÃO DE JOVENS CABO VERDIANOS
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA E A SUA (RE) INSERÇÃO EM CABO
VERDE – O CASO DA BRAVA**

ELABORADO POR:

MANUEL CORREIA CABRAL

APROVADO PELOS MEMBROS DO JÚRI, FOI HOMOLOGADO PELO PRESIDENTE
DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA.

DATA:____/____/____

O JÚRI

Entre todas as páginas que aqui estão, esta é especial.

*Dedico a à minha família, **minha esposa Madalena e os nossos filhos**, que pacientemente souberam associar-se aos meus estudos.*

Obrigado, família!

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos quantos, de uma forma ou outra, me prestaram apoio na realização desta monografia.

De maneira particular, queria expressar os meus agradecimentos ao Doutor Jacques Santos, a quem devo a douda orientação da investigação, seja de ponto de vista metodológico, seja de ponto de vista bibliográfico, à Dr.^a. Maria de Jesus Mascarenhas ex-Secretaria de Estado da Juventude de Cabo Verde que patrocinou a minha deslocação aos Estados Unidos em pesquisa de terreno, igual reconhecimento endereço ao Dr. César Monteiro, especialista em sociologia de migrações, pelas pertinentes críticas, observações e comentários feitos ao presente estudo, ao Capitão Lee, Comandante do 11º distrito de Boston.

Não deixar de expressar, neste momento tão importante, a minha gratidão e um agradecimento muito especial à minha querida esposa e aos meus filhos que sempre me apoiaram.

ÍNDICE

Introdução	pág. 1
Preâmbulo	4
Capítulo I - Teorias das Migrações Internacionais	6
Capítulo II -O Processo da Emigração Cabo-Verdiana	9
A emigração forçada dos cabo-verdianos	9
A emigração espontânea dos cabo-verdianos	10
A primeira fase da emigração cabo-verdiana	11
A emigração para América	11
A segunda fase da emigração cabo-verdiana	12
A emigração para o Senegal	12
A emigração para São Tomé e Príncipe	12
A emigração para Angola	13
A terceira fase da emigração cabo-verdiana	14
Emigração para Portugal	14
Emigração em direcção à Europa ocidental	14
Distribuição da comunidade emigrada por continentes	15
Capítulo III- Ilha Brava no contexto da emigração para EUA	16
Características físicas	16
Características sócio-económicas	17
Distribuição da população por freguesia e sexo	18
Emigração na Brava	18
Capítulo IV- Migrações de retorno dos Cabo-Verdianos	21
Complexidade de retorno	21
Tipologia de retorno	23
O retorno de falimento ou compulsivo	24
Quadro I- Quadro sinóptico dos retornados ao país	25
Gráfico I- Fluxo dos expulsos por ano, década 90	26
Gráfico II- Expulsos dos EUA de 87 a 99, por naturalidade	27
Quadro II -Quadro síntese da expulsão durante 2006	30
Quadro III -Tipo de crimes cometidos por sexo - ano 2005	31
Quadro IV -Expulsões durante o ano 2005 por (motivo e concelho de residência)	33
Quadro V- Expulsões durante o ano 2005 (residência/ procedência)	34
Quadro VI- Meses de entrada / país de expulsão	35
Gráfico III- Comparação de números de expulsão por países	36
Capítulo V -Factores subjacentes às expulsões de jovens cabo-verdianos dos EUA	37
Condicionantes educativos	37
Choque cultural e valores colectivos	40
Quadro VII- Caracterizador dos jovens imigrantes cabo-verdianos nos EUA	42
Capítulo VI - A (re) inserção dos jovens emigrantes retornados – o caso da Brava	43
Caracterização dos retornados	43
Quadro VIII - Antes da expulsão dos EUA	44
Quadro IX- Sector do emprego antes da expulsão dos EUA	45
Nível de integração dos retornados	45
Quadro X - Caracterização da integração dos retornados	46
Quadro XI – Opinião dos retornados	47

Quadro X II – Auto caracterização cívico dos retornados	48
Capítulo V II – Conclusões /Recomendações	49
Conclusões	49
Recomendações	51
Bibliografia	54
Anexos	56

ABREVIATURAS

DEF	-Direcção Emigração e Fronteira
IC -	-Instituto das Comunidades
PN	-Polícia Nacional
IAPE	-Instituto de Apoio ao Emigrante
ONG	-Organização não Governamental
ECVP	-Embaixada de Cabo Verde em Portugal
IEP	-Instituto de Estudos Português
SGME	-Secretaria-geral do Ministério da Educação
ICVL	-Instituto Cabo-verdiano do Livro
NAT	-Naturalidade
ASST	-Assalto
EST	-Estadia
P/ARMA	-Porte de Arma
ESTANG	-Estrangeiro

INTRODUÇÃO

O presente trabalho inclui os resultados da minha Monografia apresentada ao ISE há sete anos, aquando da conclusão do Curso de Bacharelato em Ensino de Geografia.

Não existiam estudos sobre os nossos conterrâneos que retornaram ao país de origem, por terem sido expulsos (por falta de documentos ou por práticas criminosas) ¹.

Num quadro marcado pela ausência de uma reflexão abrangente e actualizada, não obstante os trabalhos efectuados sobre os diferentes aspectos da emigração cabo-verdiana e da sua importância no desenvolvimento económico e social do país, tornava-se necessário preencher a lacuna, fornecer um conjunto de informações e elementos orientadores que pudessem servir de apoio para compreender esse fenómeno que, simultaneamente, corrói a diáspora e o tecido social cabo-verdianos.

Basta observarmos os dados das últimas décadas sobre a periodicidade da expulsão anual dos nossos patrícios, as causas que a motivaram, os países de procedência, a sua caracterização social, bem como o grau de (re) inserção dos mesmos, para concluirmos da dimensão do problema.

Esses dados devem deixar qualquer cabo-verdiano desassossegado, mormente aqueles que assistem no dia-a-dia ao surgimento de factos sociais negativos, contínuos e irreversíveis.²

É neste quadro que se questiona o futuro da Brava e, de uma forma geral, de Cabo Verde. A Brava, para além de pequena, é uma das mais pobres ilhas do arquipélago e nela vivem, actualmente mais de quatro dezenas de homens votados ao abandono, numa autêntica condenação que, para cúmulo de circunstâncias, poderá produzir reflexos perversos tanto para esses retornados como experiências contagiantes para o próprio tecido social da ilha.

¹ Segundo relatórios anuais da Direcção de Emigração e Fronteiras de Cabo Verde, documentos produzidos pelo Instituto de Apoio ao Emigrante e listas da Embaixada de Cabo Verde nos Estados Unidos, de 1987 a 2007, foram expulsos mais de 1000 cidadãos cabo-verdianos, por diversos motivos, contradizendo o recenseamento produzido pelo Instituto das Comunidades que nos dá conta de apenas 260 retornados ao longo dos tempos.

² Aparecimento de assaltos a mão armada, roubo e furto de viaturas, crimes violentos, violações, raptos, consumo e tráfico de drogas, etc.

Com este estudo pretende-se continuar a analisar, com profundidade e extensão e os factores subjacentes à inadaptação de cabo-verdianos nos EUA, ao ponto de levá-los a um verdadeiro ambiente de marginalização real, inaugurado no país de expatriação e subsistindo ainda na ilha que os acolheu (Brava).

Também constituem propósito deste trabalho as razões que fizeram destes desfavorecidos da emigração, produtos do próprio país acolhedor, finalmente atirados para o tecido social cabo-verdiano, de são ao mesmo tempo, atemorizadores

As informações que serviram de base a esta monografia tiveram origem num inquérito por questionário na Brava e nos EUA, na cidade de Massathusets, entrevistas aprofundadas realizadas junto de diferentes autoridades ligadas à emigração da família, nas cidades de Brokton e Boston, junto dos jovens nessas cidades, e num inquérito por questionário postal a uma amostra de quadros no país e nos EUA; entrevistas aprofundadas junto da população da Brava.

Outras fontes de informações foram: Embaixada dos Estados Unidos em Cabo Verde, Embaixada de Cabo-verde nos Estados Unidos, Serviços de Emigração e Fronteiras cabo-verdianos, Instituto das Comunidades, Instituto Nacional de Estatística, Câmara Municipal da Brava, Polícia Judiciária, Polícia Nacional e associações comunitárias.

Este trabalho tem as seguintes perspectivas de análise, a saber: **I**– Teorias das Migrações Internacionais; **II** -O Processo da Emigração Cabo-verdiana; **III** - A Brava no contexto da emigração para os EUA ; **IV**- Migrações de Retorno; **V** - Factores subjacentes às expulsões de jovens cabo-verdianos dos UA; **VI** – (Re) inserção dos jovens retornados - o caso da Brava; **VII** Conclusões /Recomendações.

PREÂMBULO

O retorno no contexto migratório foi magistralmente tratado por (António Carreira no seu livro de História (1983) e dele participo e absorvo plenamente todos os conceitos definidos sobre os fenómenos migratórios.

Entretanto, para o estudo em apreço interessa-nos um dos tipos do retorno que, segundo Crease (1996), se caracteriza como sendo o insucesso migratório resultante da incapacidade de superar os problemas da primeira adaptação na sociedade de instalação.

Os problemas antes ditos resultam de: indocumentação, falta de integração, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, crise económica no país acolhedor, ou seja, toda e qualquer intervenção de factores totalmente estranhos à vontade do imigrante, que desembocaram no seu regresso compulsivo à origem.

Este tipo de retorno foi designado por César Monteiro (1997) como sendo retorno de falimento ³.

Este tipo de exclusão resume-se numa pena, decorrente dum processo administrativo ou penal movido no país de imigração, cuja consequência foi o afastamento compulsivo, temporário ou definitivo do imigrante à sua origem.

A condição dos expulsos implicam-lhes dois aspectos ligados ao fenómeno migratório, mutuamente complementares, de acordo com o destino do imigrante, inserção e (re) inserção.

Significa inserção o grau de adaptação e enquadramento no tecido social do país de destino e a consequente superação dos constrangimentos provocados pelo contacto primário com o destino. Este mesmo conceito é aplicado àqueles imigrantes e / ou retornados que, apesar de serem filhos de cabo-verdianos, nasceram e cresceram no estrangeiro, ou para ali foram levados ainda crianças.

À (re) inserção atribui-se aos retornados, ou seja, àqueles que voltaram a sua origem e, quando de alguma forma inseridos na sociedade originária, por causa da emigração,

³ Retorno de falimento é quando circunstância adversa impõe um regresso não programado”

suspenderam e, de novo no seu local de origem, precisam recuperar a sua relação com o seu ambiente social.

A superação da relação do retornado com a sua origem, não é fácil, pois são precisas condições sociais e económicas que garantem aos retornados uma aproximação social sem nenhum estigma ou conflito. Deste modo, são imprescindíveis as contribuições de instituições vocacionadas. Aliás a Família, a Religião, o Estado, a Sociedade, as Câmaras Municipais, etc, têm um papel dominante no acolhimento e encaminhamento.

CAPÍTULO I

TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir do século XIX, as abordagens sobre migração tiveram seguimentos teóricos diversos, conforme as correntes defendidas por estudiosos clássicos como, Malthus, Marx, Durkheim e Weber.

Richmond ao estudar as correntes clássicas, concluiu que a migração era analisada em função do desenvolvimento capitalista e dos processos da industrialização e urbanismo. Ele demonstra como os referidos clássicos da sociologia de migração abordaram a questão. Assim:

Seguindo Malthus, a migração era solução indispensável para o constante crescimento da população, devido ao seu crescimento geométrico, que contrapunha ao crescimento aritmético da capacidade de gerar tecnologia e recursos. Deste modo, o Novo Mundo parecia como espaço, onde se podia fugir do ciclo da pobreza e da miséria.

Esta posição foi contestada por Marx porque acha tal afirmação uma visão extremista do Malthus e traduz uma autêntica naturalização da pobreza. Para Marx, a culpa da pobreza deve ser atribuída aos empregadores capitalistas que deliberadamente desequilibravam o salário para maximizar os seus ganhos. Ainda ele realça a cumplicidade dos governos e militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para as migrações.

Durkheim está mais sensibilizado com os resultados que a migração possa resultar do que com as suas causas, pois reconhece que a movimentação de população constitui, por um lado, um factor de quebra de comunidades tradicionais mantidas juntas por laços de solidariedade mecânica e, por outro lado, constitui uma transição à solidariedade orgânica baseada numa divisão social de trabalho e interdependência económica, acompanhada de anomia ou colapso de sistemas de valores comuns que resultava em desintegração social, com consequências patológicas, incluindo crimes, suicídio e conflitos entre grupos, etc.

Como Marx e Durkheim, Weber estava concentrado nas consequências do desenvolvimento do capitalismo que, por sua vez, dá-se através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Por isso migração é uma questão secundária.

Entretanto no início do século XX, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para o Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos, os sociólogos americanos foram levados a colocar a migração como um problema. Este problema gerou um intenso debate nos Estados Unidos e ainda hoje é bastante polémico.

Entre vários estudos realizados, a Escola de Chicago desenvolveu as análises de Thomas e Zamaniecki (1918) em prismas variadas. Um desses focos acreditavam numa completa assimilação estrutural e cultural do imigrante e, assim surgiu a expressão “**melting pot**” que passaria a referir a esses processos de assimilação ou americanização dos imigrantes, não implicando no total abandono de seus valores e modo de vida.

De entre as abordagens económicas, surgiram as perspectivas neoclássicas que consideravam a diferença de taxas de salários entre países a principal causa da migração internacional de trabalhadores. Admitiam que o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória, e que influencia e determina a sua decisão. Por isso, é entendido como simples indivíduos movidos em função de diferencial da renda. Ainda, nesta corrente (Harris e Todaro. 1970), definiam o sucesso do migrante pela sua educação, experiência de trabalho, domínio da língua da sociedade hospedeira, tempo e permanência no destino e outros elementos de capital humano.

Portes (1995) questiona aos neoclássicos e diz que a busca por ganhos materiais deve estar relacionada às expectativas de reciprocidade no curso da interação social e, por isso, os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como integrantes da estrutura social que afecta os múltiplos caminhos da sua mobilidade, espacial e sócio - económica. Deste modo, Portes propõe princípios tais como influências centro e periferia e desequilíbrio estrutural.

Como forma de ultrapassar estas abordagens de pendore economicista e muito localizado, tendo em conta a multiplicação de factores intervenientes no fenómeno migração,

de que progressivamente foi-se reconhecendo importância, Salt (1970)⁴ propõe valorizar a abordagem sistémica sobre migração.

Deste modo, Salt diz que os contextos que circundam os potenciais migrantes (família e amigos) e os contextos económicos, políticos, sociais e históricos que enquadram o movimento são encarados como acções dinâmicas que reflectem a complexidade em que ocorrem os movimentos. No entanto, é verdade que o próprio fluxo irá alterar os contextos, resultando, por isso, numa redefinição constante dos processos migratórios. Os espaços de origem e destino serão necessariamente afectados, de tal modo que as consequentes decisões de migrar impliquem, então, um novo ponto de partida.

Depois de uma descrição sumária de algumas das perspectivas mais salientes do fenómeno migratório, onde se desfilaram diferentes níveis de análise, vai - se agora, seguidamente, centrar a nossa atenção no próximo capítulo que será “ O Processo da Emigração Cabo-verdiana ”.

⁴ Ana de Saint-Maurice (1997. P 3) – *Identities Reconstituted - Cabo-verdianos in Portugal*

CAPÍTULO II

O PROCESSO DA EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA

A emigração dos nossos conterrâneos constitui um fenómeno permanente na história da sociedade cabo-verdiana, dependendo da conjuntura interna ou externa do arquipélago⁵.

Registam-se fluxos migratórios para América (EUA, Brasil, Argentina), África (Senegal, São Tomé e Príncipe, Angola e Guiné) e mais tarde para a Europa (Portugal, Holanda, França, Alemanha, Luxemburgo, etc.).

A saída de cabo-verdianos para o estrangeiro caracteriza-se por dois aspectos: «forçada e espontânea».

2.1 A emigração forçada de Cabo-Verdianos

Caracterizou-se pelo recrutamento de cabo-verdianos, na segunda metade do século XVIII, para a Guiné, onde morreu a maioria, devido a condições brutais a que se submetiam e mais tarde, nos finais do século XIX, para a roças de São Tomé e Príncipe e Moçambique⁶.

Como diz António Carreira, a análise deste tipo de emigração, por carência de dados, passa em três períodos: o primeiro período aconteceu nos anos de 1902 a 1922 e teve como destinos exclusivos São Tomé, Príncipe⁷, Angola e Guiné. Nesta altura emigraram um total de 24.329 cabo-verdianos, sendo 23.018 adultos e 1311 crianças.

⁵ “No arquipélago, tudo se harmoniza para uma vida dura, difícil e de miséria. As carências graves de géneros de subsistência provocam a fome endémica ou pelo menos latente, originando mortandade catastrófica de homens e de animais. Na segunda metade do século XIX, entre as fomes de 1833-1834 e de 1863-1866 morreram no conjunto das ilhas cerca de 30 mil pessoas “- CARREIRA, António (1983).

⁶ CARREIRA, António (1983) – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, p 229.

⁷ “As posições do cabo-verdiano que se contratou para o sul ou que emigrou para EUA ou, modernamente, para Europa. No primeiro caso regressa fisicamente depauperado, economicamente quase como foi, por vezes com um pecúlio de ordem de 1000\$00 a 3000\$00 após uma estada de dois a três anos, deprimido fisicamente pelo ambiente de prisão que caracteriza a vida das roças ou quando muito “enriquecidos” com as lições de “boas maneiras”. No segundo caso, mesmo à custa de trabalho árduo e até aviltante amealha o suficiente para manter a vida nas ilhas (com relativa abastança ou sem privação de maior), pode comprar umas terras ou construir a sua casinha e, ao envelhecer, auferir a pensão pelo seguro social norte-americano. Do ponto de vista cultural consegue no mínimo conhecer o progresso nos diferentes aspectos da vida dos grandes centros e falar uma outra língua”. CARREIRA, António (1983), *op. cit.*

⁸ Quadro XIX, *in* CARREIRA, António (1983), p 225.

Para São Tomé foram 12.117 adultos e 825 crianças. Com destino à ilha do Príncipe emigraram 10.554 cabo-verdianos adultos e 482 crianças. E com destino à Angola - Guiné rumaram 347 adultos e 4 crianças.⁸

No período compreendido entre 1923 e 1940 houve uma elipse pelo que, em termos estatístico, não foi levado em conta.

O segundo período da emigração forçada decorre entre 1941 e 1949 e os cabo-verdianos tiveram como territórios de destino, São Tomé, Angola e Moçambique. Os dados de São Tomé deram-nos conta da entrada de 15.256 emigrantes, sendo 9.431 adultos e 5.866 menores.

O terceiro período da emigração forçada começa em 1950 e vai até 1970, data a partir da qual não se deu qualquer saída de cabo-verdiano contratado. Durante este período partiram para o sul 38.972 cabo-verdianos de ambos os sexos, sendo 30.435 para São Tomé, 4.095 para Príncipe, 4.442 para Angola – Moçambique.

Fazendo um balanço sumário da nossa emigração para o sul, concluímos que tivemos, 87.385 emigrantes forçados tendo cerca de 91% destes dirigido para São Tomé e Príncipe e 9% para outros destinos. Ainda pelo facto desta emigração resultar, em certa medida, da quebra de equilíbrio entre os meios de subsistências e o crescimento da população, é uma emigração patológica.

2. 1 A emigração espontânea de Cabo-verdianos

É a corrente migratória livre de qualquer entrave ou coacção, deixada à exclusiva iniciativa do emigrante.

Entretanto o caso da nossa emigração não foi nem é exclusivamente da iniciativa do emigrante, por intervirem alguns factores repulsivos tais como: longos períodos de seca, fraca pluviosidade, e degradação contínua e progressiva da economia cabo-verdiana.

Com a criação da lei orgânica de 1855⁹, a emigração transformou-se num importante factor de mudança social e económica do país, não só pela dimensão e pelo seguimento dos fluxos mas, principalmente, pela forma específica de articulação que estabeleceu entre o arquipélago e o ir para lá do Atlântico.

2.2 A Primeira fase da emigração espontânea Cabo-Verdiana

⁹ Estabelecia que só poderia emigrar para EUA indivíduos habilitados com 4ª classe da instrução primária.

Estende-se desde os meados do século XIX até aos anos vinte do século XX cujo fluxo mais importante ocorreu para os Estados Unidos da América. Foi uma emigração legal e simultaneamente clandestina cujo início se dá com o recrutamento dos pescadores das ilhas do Fogo e da Brava para a pesca da baleia nos barcos americanos que vinham pescar nas águas do arquipélago.

Muitos cabo-verdianos, aproveitando a oportunidade surgida, acabavam por embarcar nos navios baleeiros americanos e, mais tarde, a maior parte deles conseguiu fixar a sua residência nos Estados Unidos da América.

Os dados estatísticos disponíveis (apenas do século XX) mostram que, entre 1900 e 1920, as saídas para os Estados Unidos representaram 61,7% do total da emigração, isto é, muito superior aos outros fluxos que então ocorriam.¹⁰

Com as restrições de entrada nos Estados Unidos, os cabo-verdianos procuraram outros rumos. Para o sul do continente americano, nomeadamente o Brasil e a Argentina, o que correspondia, na altura, a 7,1% do fluxo de saída de cabo-verdianos. Este último destino também esteve ligado à pesca da baleia nos mares do Atlântico sul e prosseguiu até aos finais dos anos trinta.

2.2 A Segunda fase da emigração espontânea Cabo-Verdiana

Estende-se desde os anos 20 até ao fim da segunda guerra mundial e caracteriza-se, principalmente, pela diminuição significativa das saídas de cabo-verdianos.

De acordo com os dados oficiais publicados, a partir de 1900, por um período de vinte anos, saíram do arquipélago 27.765 pessoas, enquanto, no período compreendido entre 1927 e 1945, o total de saídas não ultrapassou 10.120 pessoas. Este valor corresponde a uma média de 563 saídas por ano, isto é, cerca de 60% da média anual comparada com o período anterior. Esta quebra na emigração ficou muito longe de ser compensada pelo aumento dos fluxos para África.

Destinos como, Senegal, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Angola foram provocados pelas já enunciadas “medidas restritivas”.¹¹

¹⁰ Guia do Mundo (2000)

¹¹ Guia do Mundo (2000)

2.2.1 A emigração para o Senegal

Começa a ganhar expressão a partir do princípio do século XX. Atacados pela fome (1903-1904), muitos cabo-verdianos emigraram para Dakar que serviu, não só como região de fixação permanente, como também de local de trânsito para outras paragens, designadamente E.U.A, Guiné e outros países africanos. Ainda hoje, a saída para o Senegal continua, pois existe um bom número de nossos conterrâneos aí residentes.

2.2.2 A Emigração para São Tomé e Príncipe

Considerada «forçada», teve o seu início depois de um longo período de seca que antecedeu o ano 1900. Aproveitando-se da situação de fome, as autoridades coloniais encorajaram plantadores portugueses em São Tomé e Príncipe a recrutar mão-de-obra em Cabo Verde. Essa medida, resolveria dois problemas decisivos, para São Tomé para Cabo Verde: para Cabo Verde minimizaria as tensões criadas pela fome e seca, para São Tomé, o problema de mão-de-obra nas roças de café e cacau.

De 1864 até 1866, a situação de crise manteve-se e o governo continuou a incentivar a emigração para São Tomé. Em 1904, as entidades governamentais lançaram as bases reguladoras que permitiriam a emigração de contratados para serviços domésticos, industriais e agrícolas, conjugando, deste modo, os interesses dos «roceiros» de São Tomé e Príncipe e dos responsáveis administrativos em Cabo Verde, e do governo central em Lisboa. Esta corrente migratória teve a sua continuidade até a independência do país.

2.2.3 A emigração para Angola

Os emigrantes cabo-verdianos começam a chegar a Angola, numa primeira fase, através dos contractos destinados à grandes fazendas, companhia de Cabinda, companhia de açúcar de Angola em Benguela. Esses contratos eram celebrados com o apoio das autoridades administrativas. Após o desembarque nos diversos portos, os emigrantes dirigiam-se directamente para os locais onde se dedicavam às tarefas agrícolas, pesca ou à salinas, consoante os interesses dos seus empregadores.

A emigração para Angola é normalmente classificada por «emigração dirigida», pois dava aos cabo-verdianos um estatuto de destaque, tendo em consideração as funções ou cargo a desempenhar. O emigrante cabo-verdiano em Angola usufruía de alguma estabilidade: eram-lhes entregues casa e terreno para cultura ou criação de gado, bem como os respectivos equipamentos, com a condição de realizar a sua posterior amortização.

A fase que se inicia a partir de 1961 tinha por função promover o processo de ocupação de terras abandonadas ou expropriadas em sistema de colonato e, para o efeito, incentivava a entrega de «colonos» cabo-verdianos. (Filho, João Lopes (1996) e Carreira (1987)

2.3 A terceira fase da emigração espontânea Cabo-verdiana

Aconteceu a partir de 1946 e representa o grande êxodo de cabo-verdianos com destino aos países europeus (Holanda, Portugal, Bélgica, Itália França, Alemanha e países nórdicos), devido à falta de mão-de-obra necessária à reconstrução daquele continente pós-guerra.

2.3.1 Emigração para Portugal

A partir da Segunda Guerra Mundial, orientavam-se contingentes significativos de cabo-verdianos para Portugal. Depois dos anos 60, aconteceu aquela que se chama uma emigração cabo-verdiana como forma de suprir a falta de mão-de-obra verificada com a saída maciça de portugueses para outros destinos europeus, principalmente França e Alemanha, atraídos por melhores salários e ainda como forma de fuga para não se incorporar nas fileiras das tropas coloniais que estavam em guerra na África.

Os nossos patrícios preferiram o sector de construção civil por ser a mais bem paga e não lhes exigia grandes habilitações literárias e Portugal tornou-se no destino preferencial de uma boa parte dos nossos emigrantes.

2.3.2 Emigração em direcção à Europa Ocidental

A falta de mão-de-obra para a reconstrução de países devastados pelas guerras, leva alguns estados europeus a requisitar força de trabalho externa. Foi neste contexto que se iniciou a corrente migratória para Holanda e Bélgica, onde o trabalho marítimo foi preferencial. Mais tarde, os nossos emigrantes foram-se encaminhando para a França, Luxemburgo, Alemanha e outros.

Presentemente, a comunidade cabo-verdiana emigrada está distribuída em três continentes: América (53%), Europa (29%) e África (18%), conforme o quadro que se segue.

Distribuição da comunidade emigrada por continente

CONTINENTE	Nº. DE IMIGRANTE
África	93.200
América	273.400
Europa	151.580
Total	518.180

Fonte: Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE)

CAPÍTULO III

ILHA BRAVA NO CONTEXTO DA EMIGRAÇÃO PARA EUA

3.1 Características físicas

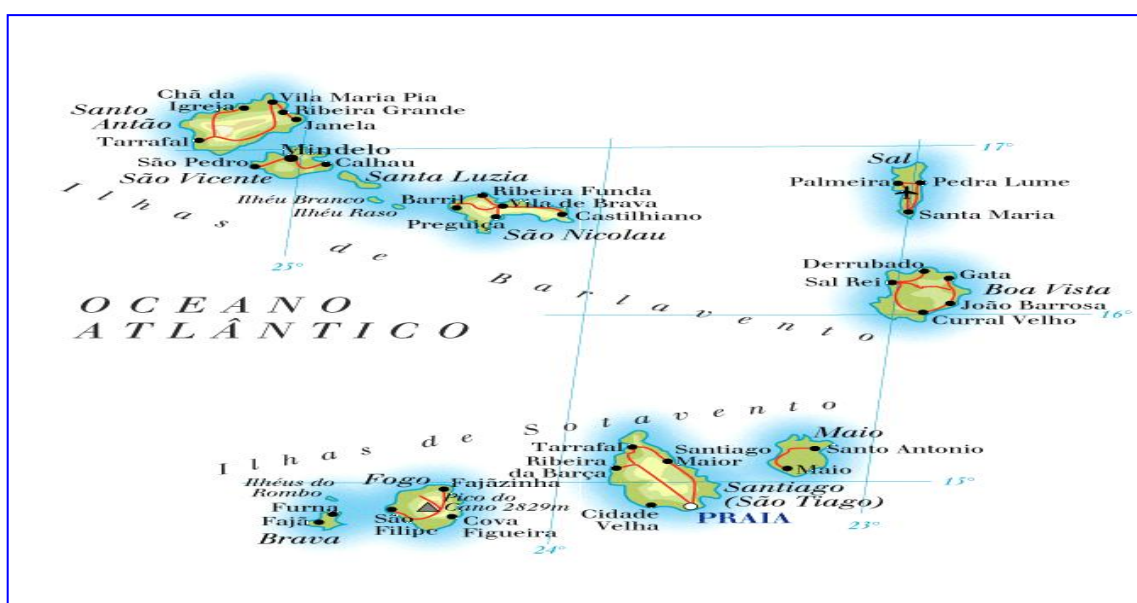
A Brava é a mais pequena das ilhas habitadas do arquipélago sendo a mais ocidental do grupo do Sotavento, ao sul do arquipélago, representando cerca de 1,6% do território nacional.¹²

A orografia é bastante pronunciada, com altiplanícies entre os 500 e 700 metros de altitude. O ponto mais alto é o lugar de Fontainhas com 976 metros. É cortada por várias ribeiras secas, sendo as principais as ribeiras de Vinagre, Sorno, Aguada, Aguadinha, Morro Negro e Ancião na freguesia de São João Baptista e Fajã d'Água.

A Brava possui limites arredondados com cerca de 9 km de diâmetro. O desembarque só pode efectuar-se em determinados locais, dada a preponderância de escarpas. Ela possui solo argiloso e profundo. Nas localidades de Vila Cova, Rodela e Cova de Joana existem áreas relativamente planas, de solos profundos com boas características químicas, situados numa zona climática favorável ao desenvolvimento de agricultura.

Em termos de recursos minerais a ilha é pobre. Só existe alguns recursos em materiais de construção, tais como pedra, areias das ribeiras e do mar, britas, calcários, etc., em quantidade não muito expressiva. Entretanto, existe a água de vinagre, conhecida por água mineral que é uma das melhores do país.

Arquipélago de Cabo Verde



¹² Coordenada geográfica

3.2 - Características sócio-económicas

De acordo com o censo de 2000, a Brava conta com 6.820 habitantes, sendo 3.420 homens e 3.400 mulheres¹³, representando cerca de 1,5% da população do país. A densidade populacional é de 106 habitantes /km². A população activa é cerca de 3.285 habitantes, o que corresponde a 47% da população total da ilha, repartida em 1.500 famílias, reflectindo, por sua vez, uma média de 4,7 pessoas por unidade familiar. Cerca de 27,1% do total da população estão concentrada na Vila de Nova Sintra, enquanto que a restante vive dispersa pelo interior e pela zona litoral.

Distribuição da população por freguesia e sexo

FREGUESIA/SEXO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
SÃO JOÃO BAPTISTA	2.211	2.153	3.364
NOSSA SR ^a DO MONTE	1.209	1.247	2.456
TOTAL	3.420	3.400	6.820

A freguesia de São João Baptista actualmente possui cerca de 49,3% da população total da ilha, sendo 33,4% do sexo masculino. A freguesia de Nossa Senhora do Monte representa 36,0% da população da ilha e 17,7% são homens. O tamanho médio do agregado familiar é de 4,3.

O nível de integração dos jovens é limitado, pois falta-lhes infra-estruturas próprias para o seu enquadramento. A situação económico-social é grave quando não chove, originando as secas cíclicas e prolongadas que assolam a ilha com consequências acentuadas no desemprego e pobreza.

O acesso à educação torna-se difícil, não pelo facto da inexistência de escolas mas, sim, pelo facto das famílias mais carenciadas não terem possibilidades financeiras suficientes para acompanhar a exigência deste sector, sobretudo pelos custos relativos aos transportes, alimentação e propinas dos alunos.

¹³ Convém realçar que, no universo do arquipélago, a Brava e São Nicolau, segundo o censo de 2000, foram as únicas ilhas com o crescimento médio anual negativo, na ordem de 238 habitantes, o que corresponde -0.2% .

3.3 - Emigração na Brava

A Brava é marcada pela “desafortunada ecologia” como qualquer outra ilha do nosso arquipélago. Todavia, existem características que marcam profundamente a ilha de Eugénio Tavares, transformando os seus filhos num emigrante latente, com a esperança de melhoria de vida¹⁴. É, sem dúvida, o isolamento que atinge a Brava, agravado com a sua pequenez e inexpressivos recursos naturais, ligado à falta de oportunidades e perspectivas de vida, contrastadas, então, pela “afortunada localização geográfica”¹⁵ tudo isso fez com que a Brava fosse pioneira na emigração cabo-verdiana para EUA.

Não se conhece informação detalhada sobre os motivos e o início da emigração dos braveses. Todavia, António Carreira (1983) diz que, a partir do século XVIII, acidentalmente, os braveses foram parar aos EUA a bordo dos baleeiros.

O referido historiador estabeleceu duas hipóteses para o início desta emigração. A primeira hipótese relaciona-se com a impossibilidade de se fazer desembarcar os marinheiros da Brava após a faina, devido a temporais (ventos contrários ou mesmo para aproveitar condições favoráveis do tempo). Na segunda hipótese supõe-se que os marinheiros foram propositadamente instigados a emigrar, ou, então facilitadas entradas clandestinas nos EUA, mediante compensação de qualquer natureza. Assim, por volta de 1863 a 1867, estavam radicados na América muitos indivíduos da Brava.

Convém expressar, através do quadro abaixo, os fluxos compensatórios da nossa emigração, reflectindo um importante papel do Porto da Furna (ilha da Brava).

Migrantes da Brava

ANO	SAÍDA PARA EUA	ANO	RETORNO DOS BRAVENSES DOS EUA
1882	34	1876	13
1884	20	1877	32
1892	220	1881	20
1893	82	1884	22
		1885	17
		1893	100
TAL	356	TOTAL	373

Fonte: CARREIRA António, (1983)

¹⁴ Há uma desproporção entre os sexos.

¹⁵ Brava situava numa zona do Atlântico recheada de navios baleeiros e de comércio.

Embora escassos os dados do período em referência, os mesmos permitiram-nos as seguintes ilações: existência de um fluxo importante de marinheiros bravenses para América do Norte desde do ano 1700, pois em quatro anos, partiram da Brava para EUA 356 emigrantes ¹⁶, durante os anos 1876, 1877, 1881, 1884, 1885 e 1893, retornaram para ilha de origem 373 bravenses.

Carreira (1983) estima que, num período de vinte anos, ou seja, de 1900 a 1920, saíram da Ilha Brava 5.233 pessoas com destino aos EUA.

Hoje, os Estados Unidos da América acolhem cerca de 264.900 imigrantes cabo-verdianos e a cidade de Pawtucket tem 10 mil bravenses, conforme o quadro abaixo.

Emigrantes por cidades de acolhimento nos EUA

Cidades	Números	Ilhas de origem
Boston	180.000	
Providence	30.000	
New Bedford	20.000	
Brockton	15.000	Fogo
Pawtucket	10.000	Brava
S.Francisco, Califórnia	5.000	Stº Antão
N.York	2.000	S.Nicolau
Bridgeport, Cannecticut	1.500	
Waterburry	800	
Orlando, Florida	600	
TOTAL	264.900	

Fonte: FURTADO, Amândio (2000) – Trabalho realizado no âmbito da disciplina de demografia.

¹⁶ A emigração na Brava existe desde 1700

CAPÍTULO IV

MIGRAÇÕES DE RETORNO DOS CABO-VERDIANOS

1. Complexidade de retorno

O “pivot” que leva o cabo-verdiano às terras longínquas gera, no momento da decisão de partida, a sede de regressar à terra mãe.

Carreira (1983) argumenta o retorno dos nossos emigrantes, com a seguinte expressão: “o cabo-verdiano vai a procura do que a ilha lhe nega e, amealhado o modesto pecúlio, volta, para depois emigrar numa próxima crise”¹⁷.

(CÉSAR, Monteiro (1997), para expressar o fluxo do regresso dos nossos conterrâneos do estrangeiro, não teve como evitar de referir-se ao célebre Ravensitein para realçar que um número elevado de expatriação acompanha um número elevado de regresso e vice-versa, utilizando a expressão “cada grande fluxo migratório produz um fluxo compensatório de direcção oposta”.

Ora, o retorno dos nossos conterrâneos da emigração nos anos 1906 a 1958 é um exemplo do tal volume de fluxo compensatório, pois, ao longo desse período retrocederam da imigração 28.360 cabo-verdianos¹⁸. No entanto, em anos muito anteriores a estes, a saída e regresso dos nossos conterrâneos vinham sendo feitos de forma paralela. Aliás, o retorno continua sendo o parâmetro fundamental da decisão da saída dos cabo-verdianos. São os instintivos laços sociais do local onde esses emigrantes nasceram e viveram parte da sua vida, que imprimem neles uma personalidade, de cujo timbre é difícil de se livrar, fazendo com que a sua permanência no país de acolhimento fosse, geralmente, transitória e entendida numa perspectiva de retorno.

Entretanto, à medida que os anos passam, um conjunto vasto de factores, como a completa integração, surgimento de filhos menores, reencontro familiar, etc., altera o plano inicial e a emigração tende a converter-se em definitiva.

A propósito disto, um estudo de caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal encomendada pela nossa Embaixada em Lisboa, em Maio 1999, dá-nos conta que, num universo de inquiridos, 43% dos mesmos, sobre a condição do seu regresso à terra natal, responderam ter dinheiro e 21% destes disseram possuir casa em Cabo Verde. As

¹⁷. Num estudo sobre imigração temporária MARTINS, (1988) afirma que migrar temporariamente é mais do que ir e vir- é viver em espaços geográficos diferentes (...) ser migrante temporário é viver tais contradições em duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída de relações sociais e histórias diferentes; é viver como presente e sonhar como ausente (...)

¹⁸ CARREIA, António (1983).

condições de regresso reflectem a natureza do problema que o retorno coloca ao emigrante. São, efectivamente, problemas de ordem económica e não só, mas também no plano da reinserção cultural, social e psicológica, uma vez que o emigrante regressa duplamente “desenraizado ou com as raízes espalhadas e, muitas vezes, arrancadas e enxertadas, transportando um modelo do consumo social bastante mais recheado do que à partida: (Monteiro 1997).

Se a montante, ou seja na imigração, o regresso voluntário à origem depende do sucesso do emigrante, põe-se a questão em termos de consequências que esse mesmo regresso reflecte nos países da emigração. Sobre esta questão, duas correntes tentaram discutir o fenómeno do retorno e os seus efeitos sobre a sociedade de origem.

A primeira corrente é caracterizada como opção optimista e da qual faz parte Lopreato que considera o regresso do emigrante à sua origem, *um elemento importante e positivo na mudança social*.

A segunda corrente é representada por Cerase. Este avalia de maneira pessimista as migrações de retorno e considera uma *excepção o retorno inovador*. Este estudioso afirma que o retorno inovador só é possível se tratar de um retorno de investimento, entendido não só na acepção económica, mas também do ponto de vista da inserção na sociedade de origem, de valores, energia e modelo de comportamento. É verdade que as poupanças dos emigrantes cabo-verdianos retornados não têm chegado aos sectores produtivos, pois os seus recursos económicos concentram-se na aquisição ou construção de uma casa nova e/ou reestruturação da velha, no sustento do grupo familiar ou na aquisição de bens duradouros mas, raramente aplicados no investimento produtivo. Do ponto de vista de integração (psicológica e social), é notória a introdução de comportamentos «modernos», ou seja, um novo “**status symbol**”.

É incontestável o contributo que o regresso dos nossos emigrantes presta à mudança social. Todavia, não é suficiente porque ainda não foi capaz de inovar o país, no domínio político, económico, social e cultural. Se uma boa política de migração não se faz sentir, dificilmente haverá hipóteses de se beneficiar das potencialidades dos nossos emigrantes retornados. É preciso pois que o país seja capaz de dar ênfase ao migrante e às suas relações, de forma a poder calcular os custos e os benefícios da sua experiência, tendo uma abordagem sistémica.

2. Tipologia de retorno

Se analisarmos, as circunstâncias e os factores que ocasionam o regresso dos nossos emigrantes à terra, identificaremos algumas tipologias do retorno. Do ponto de vista temporal, bate-se com retorno temporário e definitivo. O retorno temporário consiste no regresso dos

nossos emigrantes, e numa ligação com a zona de origem, expressando-se através de visitas familiares e viagens de visitas em ocasiões especiais. E o retorno definitivo traduz-se num regresso irrevogável à zona de origem e reveste-se de grande importância do ponto de vista sócio-económico, na medida em que o país possa beneficiar da competência e experiência que o retornado acumulou ao longo do percurso migratório.

Entre estes dois tipos, distinguem-se três modalidades de retorno, conforme as razões que as motivaram. Deste modo, temos: retorno de aposentação, retorno de investimento e retorno de falimento.

O retorno de aposentação consubstancia-se no regresso do emigrante à sua origem, no término da sua actividade profissional. É normalmente definitivo e ocorre com indivíduos envelhecidos ou desgastados por intensos e duros trabalhos e, tão-somente, beneficiam da pensão que adquirem no exterior¹⁹.

Ao contrário desta categoria é o retorno de investimento que, além da aplicação das poupanças do emigrante em actividades produtivas, a sua adaptação se traduz em benefícios ao seu local de origem, no domínio político, económico, social, cultural e comportamental.

O Retorno de falimento ou compulsivo

Por ser um assunto focal deste trabalho, convém fazer um balanço sumário do que tem sido o retorno compulsivo dos nossos conterrâneos da emigração, desde 1987 a esta parte²⁰.

Merece, porém, referir-me às minhas fontes e informar os ilustres leitores o das dificuldades enfrentadas durante as pesquisas, já que são poucas as instituições que dão tratamento estatístico ao assunto.

As entidades responsáveis pelas informações que se seguem são: Polícia Nacional – Relatórios Anuais da Direcção de Emigração e Fronteiras; Instituto de Apoio ao Emigrante (Relatórios Anuais); Instituto das Comunidades (recenseamento inquérito); Consulado da Embaixada de Cabo Verde em Boston; Embaixada de Portugal e Embaixada da França, ainda entrevistas e inquéritos no terreno desenvolvido na Brava e nos EUA.

A escassez dos dados referentes às expulsões dos emigrantes cabo-verdianos evidencia a fragilidade de organização das entidades nacionais. Tanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros como a Direcção de Emigração não conseguiram acompanhar o retorno compulsivo dos nossos emigrantes, tornando impossível saber, com precisão, o número absoluto de cabo-verdianos compulsivamente retornados às suas origens.

¹⁹ Diz Carreira, “estes, após longos anos passados de solteirões, não resistem, por vezes, à tentação de casar com patrícias jovens”.

²⁰ Digo refazer o balanço porque, quase dois anos antes do recenseamento do Instituto das Comunidades, a minha monografia do fim do bacharelato dava conta de 847 emigrantes expulsos.

Entretanto, com base em quatro categorias de dados, foi possível constituir o quadro que se segue.

Quadro Nº 1 – Quadro sinóptico dos retornados ao país

PERÍODO	1987/1991	1992/1996	1997/2001	2002/2006	TOTAL	%
ESTADOS UNIDOS	1	2	18	47	432	25,0
	2	12	25	32		
	3	17	94	22		
		11	44	20		
PORTUGAL		9	35	28	321	18,7
				17		
			7	23		
			139	36		
FRANÇA			25	23	112	6,5
			32	19		
				18		
			1	12		
HOLANDA			20	13	85	5,0
			13	11		
			10	14		
				16		
			8	11		
			15	6		
			8	7		
			8	6		
LUXEMBURGO				1	31	1,8
				13		
				6		
			2	2		
			3	4		
				1		
			1	3		
			1	1		
CANARIAS			1		19	1,1
			4			
				3		
BRASIL				11	5	0,3
			1	2		
			2			
OUTROS		158	47		681	40,0
		135	4			
		200				
		114				
		23				
		681	577			
TOTAL	6	681	175	441	1715	100,0
Média	2,0			13,0	155,9	9,1

Fonte: Relatórios anuais das DEF, IAPE, Embaixada dos EUA

A primeira categoria de dados assenta-se nos relatórios anuais da DEF e do IAPE, referentes aos anos 1990 a 1999. Segundo os dados recolhidos dessas fontes, durante a década de noventa foram expulsos do estrangeiro 847 emigrantes. Por inexistência de dados referentes aos anos 1990 e 1991, entendemos que o número real de expulsos seria maior do

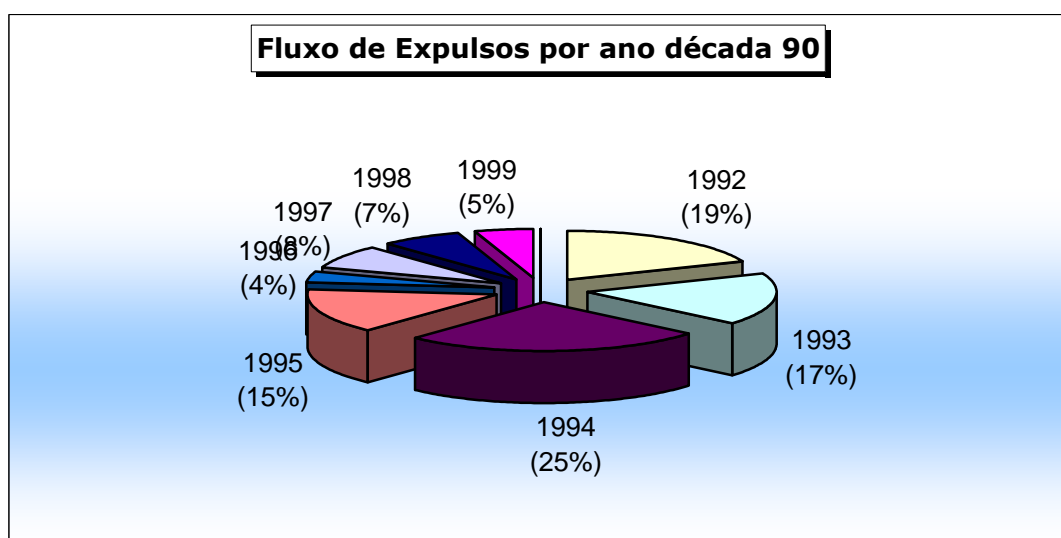
que foi referenciado. Esses retornados compulsivos foram procedentes, sobretudo, de Portugal, EUA, França, Holanda, Luxemburgo e outras origens não identificadas.

Os motivos das expulsões foram diversos. Os de maiores impactos eram tráficos de estupefacientes, seguidos de falta de documentação, homicídio, violência doméstica, uso ilegal de arma de fogo, agressão e distúrbios na via pública.

Nesse período, o maior fluxo de expulsões verificou-se nos anos 1994, 1992, 1995, com 25,6%, 18,8%, e 17,3%, respectivamente. A média anual do fluxo de retorno compulsivo dos nossos emigrantes nesse período foi de 49 casos.

Em 1995 houve um decréscimo de expulsões que, segundo a explicação do então responsável dos Serviços de Fronteira, deveu-se à abolição de penas acessórias que alguns países, sobretudo Portugal, aplicavam na lei penal.

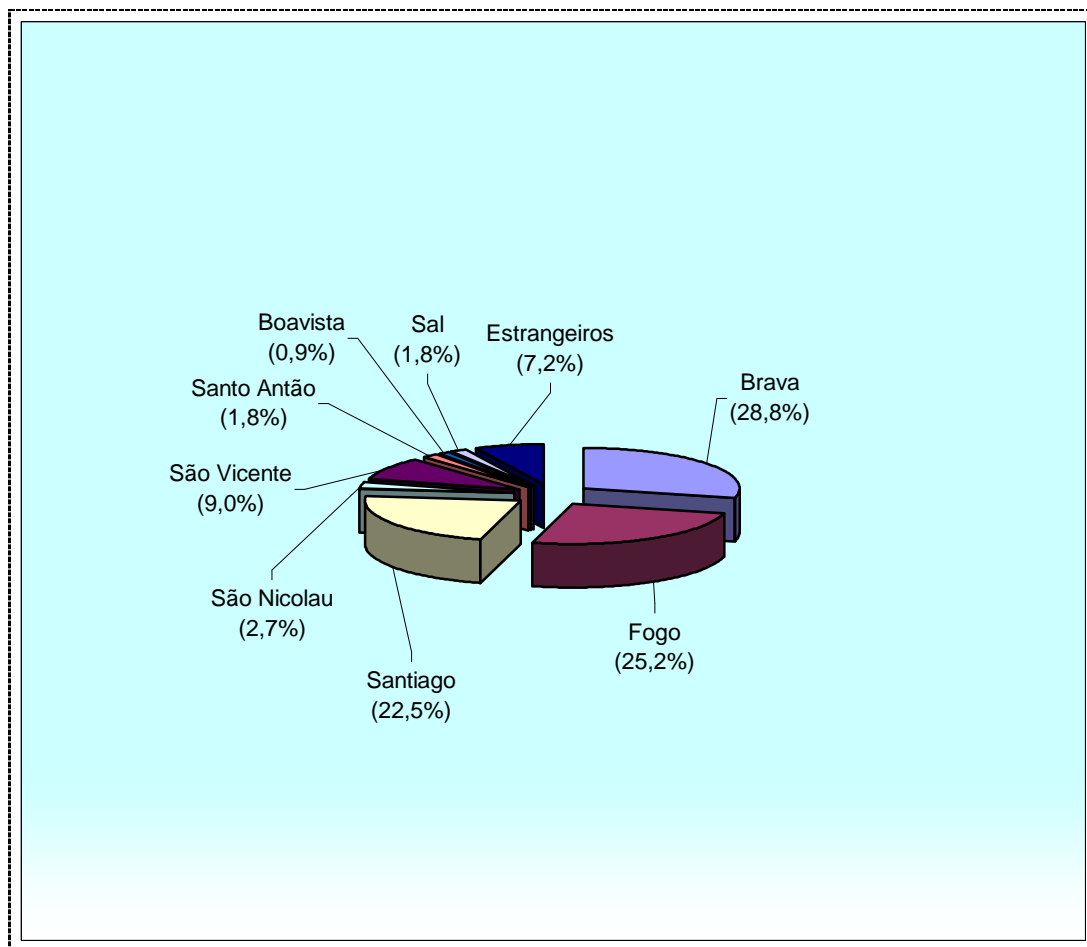
O gráfico I ilustra o comportamento do fluxo de expulsão dos nossos conterrâneos durante a década de noventa.



Fonte: Mapa da Embaixada de Cabo Verde em Washington (1987/1998)

A segunda categoria de dados refere-se aos expulsos dos EUA durante o período de 1987 a 1998. Baseia-se num mapa da Embaixada de Cabo Verde em Washington. Esta fonte dá-nos conta de 110 expulsões de emigrantes cabo-verdianos dos Estados Unidos. Desses expulsos, 32 são naturais Ilha da Brava, 28 do Fogo, 25 de Santiago, 10 de São Vicente e 8 são cabo-verdianos nascidos no estrangeiro e (re) migrados com os pais para aquele país ainda criança.

Gráfico II – Expulsos dos EUA de 1987 a 1998, por naturalidade



Fonte: Mapa da Embaixada de Cabo Verde em Washington (1987/1998)

Esses retornados foram acusados e condenados essencialmente por tráfico de droga, assalto às pessoas, roubo e violações sexuais, sendo esta causa com 88,6% do fluxo.

O primado dos retornados naturais da Brava, em relação às restantes ilhas do arquipélago, é notório, pois assume 28,8% dos retornados nesse período, e é preocupante, porque mais de metade desses jovens retornados à Brava foram condenados por tráfico de drogas e 1/3 por assalto e/ou roubo, o que agrava o tecido social da ilha, visto que, em qualquer sociedade, o imigrante constitui o veículo pelo qual a cultura, os hábitos, o modo de estar e ser se transmitem. Esses atributos dos retornados à Brava são estranhos e conflituosos à realidade sócio-cultural. Seguidamente está a ilha de Santiago com 1/6 de expulsos por comércio de droga e assaltos e/ou roubo, sendo destes 1/8 por narcotráfico. Também os da ilha do Fogo seguiram as pistas já referidas com 1/6 procedente dos EUA, sendo 11 por tráfico de droga e 5 por roubo e/ou assaltos às pessoas.

A terceira categoria de dados proviera dos Relatórios Anuais da DEF e refere-se às expulsões ocorridas com nossos emigrantes do ano 2000 a 2003. Com efeito, ao longo desse período foram expulsos dos estrangeiros 386 cabo-verdianos, por motivos também diversos.

Agregando esses números, constata-se que, num período de 17 anos, foram retornados da nossa diáspora 1.482 emigrantes, procedentes sobretudo de EUA, Portugal, França, Holanda, Luxemburgo, Espanha, Canárias, Alemanha, Brasil e Itália.

A quarta categoria de dados é tirada do banco de dados na Direcção Nacional de Emigração e Fronteiras da Policia Nacional e são referentes aos anos 2004, 2005 e 2006, período esse em que procederam da emigração 243 retornados, ou seja, uma média de 12 pessoas ao mês, sendo 78 de Portugal, 70 dos EUA, 38 de França, 19 de Holanda, 14 Canárias, 13 Espanha, 7 de Luxemburgo e 4 de Alemanha.

Tomando como exemplo o quadro seguinte, que se refere se às expulsões ocorridas durante o ano 2005, faz-nos concluir que o retorno compulsivo de nossos emigrantes é um fenómeno contínuo e vem se agravando ano por ano. Se se verificar o número de retornados por país, vê-se que, dos 84 verificados nesse ano, 38 fixaram as suas residenciais na cidade capital do país, 11 na Assomada e 5 em Tarrafal. Todavia, a extensão da fixação dos mesmos abrange 11 dos 22 municípios do país.

Procederam dos Estados Unidos 22 jovens, dentre eles um indivíduo de sexo masculino que, por ter cometido o crime de agressão física com arma de fogo, engrossou a lista dos deportados na Brava.

Esses números nos possibilitam apreender que os nossos emigrantes, antes das suas respectivas expulsões encontravam-se envolvidos, directa ou indirectamente, num dramático e ameaçador fenómeno social no estrangeiro. Questiona-se que política os governos central e locais adoptaram para integrar esses homens e mulheres que foram obrigados a voltar à terra, donde saíram porque já não lhes garantia a subsistência para uma vida digna como bem mereciam? Entre várias análises que possamos fazer, destacam-se os crimes mais mediáticos tais como, o tráfico de droga, de pessoas, homicídio e violação sexual. Neste particular, o relevo foi para a Cidade da Praia que acolheu 45,2 % de indivíduos criminosos, dentre esses, 18,4% foram indivíduos que traficavam drogas nos respectivos países de expatriação quando foram presos.

Todavia, os conselhos referenciados no quadro não estão exclusivos, pois todos acolheram repatriados em 2005 estando à cabeça Municípios de Santa Catarina, São Vicente, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos e São Nicolau também com antecedentes criminais no tráfico de drogas. No universo de 11 expulsões por uso de documentos falsos,

todas elas referentes a indivíduos de Sotavento, isto é, originários de São Miguel, Santa Catarina, Ribeira Grande de Santiago e Maio.

Quadro II – Quadro síntese da expulsão durante 2006

CONCELHOS DE RESIDÊNCIA	MMOTIVO DE EXPULSÃO	PAÍS DE EXPULSÃO							Total
		CANÁRIAS	ESPANHA	FRANÇA	HOLANDA	LUXUMBURGO	PORTUGAL	USA	
Stª Catarina	DOCUMENTO FALSO	4	0	0	0		0	0	4
	DROGA	0	0	0	1		0	1	2
	HOMICIDIO	0	0	1	0		0	0	1
	PEREMANENCIA ILEGAL	0	1	0	1		2	0	4
	Total	4	1	1	2		2	1	11
BRAVA	ARGESSÃO ARMA DE FOGO							1	1
	Total							1	1
S. MIGUEL	DOCUMENTO FALSO	6							6
	Total	6							6
R.GRANDE SANTIAGO	DOCUMENTO FALSO	1		0			0		1
	DROGA	0		1			0		1
	DESRESPEITO ÀS AUTORIDADES	0		0			1		1
	Total	1		1			1		3
FOGO	ASSALTO							1	1
	Total							1	1
MAIO	DOCUMENTO FALSO			0	1				1
	PERMANÊNCIA ILEGAL			1	1				2
	Total			1	2				3
S. VICENTE	AGRESSÃO			0		0		1	1
	VIOLAÇÃO SEXUAL			0		0		1	1
	DROGA			1		0		0	1
	PREMANENCIA ILEGAL			1		1		2	4
	Total			2		1		4	7
PRAIA	AGRESSÃO		0	0	0		0	4	4
	AMEAÇA COM ARMA DE FOGO		0	0	0		0	2	2
	DELITO CONTRA SAÚDE PÚBLICA		2	0	0		0	0	2
	DROGA		0	0	0		2	5	7
	FALSIFICAÇÃO DE PASSAPORTE		1	0	0		0	0	1
	AGRESSÃO AO AGENTE POLICIAL		0	0	0		0	2	2
	PERMANENCIA ILEGAL		3	2	1		6	5	17
	FURTO EM LOJA		0	0	0		0	1	1
	ROUBO DE VIATURA		0	0	0		0	1	1
	VIOLAÇÃOSEXUAL		0	0	0		0	1	1
	Total		6	2	1		8	21	38
S. CRUZ	PERMANENCIA ILEGAL			2		1			3
	Total			2		1			3
S. DOMINGOS	DROGA			1	1		2		4
	Total			1	1		2		4
S. NICOLAU	DROGA							2	2
	Total							2	2
TARRAFAL DE SANTIAGO	PERMANENCIA ILEGAL			4			1		5
	Total			4			1		5
Total		11	7	14	16	2	14	30	84

Fonte: Relatório Anual da P.N

Se analisarmos um pouco o terceiro quadro, constatamos que, no ano 2005, 2,14% dos repatriados foram homens. Os principais motivos das expulsões foram permanência ilegal no país de procedência, tráfico de drogas e documentação falsa, assumindo, nesta ordem 45,2%, 16,6% e 13,0%, respectivamente. Foi evidente a participação da mulher nos crimes de permanência ilegal, documentação falsa, tráfico de droga, roubo e homicídio.

Quadro III – Tipos de crime cometido por sexo nono 2005

CRIMES	SEXO		Total
	F	M	
AGRASSÃO FAMILIAR	2	8	10
AMEAÇA COM ARMA DE FOGO	0	1	1
ASSALTO E OFENSAS CORPORAIS	0	1	1
CRIME DE VIOLAÇÃO SEXUAL	0	2	2
DELITO CONTRA SAÚDE PÚBLICA	0	2	2
DOCUMENTO FALSO	6	7	13
TRAFICO DE DROGA	1	13	14
HOMICIDIO E CONDUÇÃO ILEGAL	1	0	1
PERMANENCIA ILEGAL	6	32	38
PROBLEMA COM AUTORIDADES PORTUGUESA	0	1	1
ROUBADAS E FURTO EM LOJAS	0	1	1
RESISTENCIA AS AUTORIDADES	0	1	1
ROUBO DE VIATURA	1	0	1
Total	16	69	84

Fonte: Relatório Anual da P.N

Se observarmos o quarto quadro constatamos que dos vinte e dois Municípios do país, 14 acolheram em 2005 emigrantes retornados de diferentes procedências. A Praia, Santa Catarina, São Vicente, São Miguel e Tarrafal foram os concelhos com maior número de retornados.

Dos 84 expulsos nesse ano, 38, 14, 13 e 8 tiveram como motivo do retorno, a permanência ilegal, o tráfico de estupefacientes, falsificação de documentos e agressão, respectivamente. Desses indivíduos, a maioria reside actualmente na cidade da Praia, Mindelo e Calheta de São Miguel.

Quadro IV – Expulsões durante o ano 2005 por (motivo e concelho de residência)

MOTIVOS DE EXPULSÃO	CONCELHO DE RESIDÊNCIA													Total
	STª CATARINA	BRAVA	SÃO MIGUEL	GRANDE DE SANTIAGO	SÃO FILIPE	MAIO	S.VICENTE	PRAIA	STªa CRUZ	SÃO DOMINGOS	S. N ICOLAU	S.DOMINGOS	TARRAFAL	
AGRESSÃO FAMILIAR	0	1	0	0	0	0	2	5	0	0	0	0	0	8
AMEAÇA COM ARMA DE FOGO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ASSALTO E OFENSAS CORPORAIS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CRIME DE VIOLAÇÃO SEXUAL	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
DELITO CONTRA SAÚDE PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
DOCUMENTO FALSO	4	0	6	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	13
DROGA	2	0	0	1	0	0	1	7	0	1	2	0	0	14
HOMICÍDIO E CONDUÇÃO ILEGAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OFENSAS CORPORAIS E AGENTES POLÍCIAIS	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	4
PERMANENCIA ILEGAL	4	0	0	0	0	1	4	17	4	0	0	3	5	38
ROUBO E FURTO NAS LOJAS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ROUBO DE VIATURA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total	11	1	6	3	1	2	8	39	4	1	2	3	5	86

Fonte: Relatório Anual da P.N.

Estados Unidos, Portugal, França e Canárias foram os principais focos de retorno em 2005 de emigrantes cabo-verdianos, conforme o quadro que se segue. Em primeiro lugar, estão os EUA, seguidos de Portugal, França e Canárias com 36%, 17%, 13%, respectivamente. É notória a “galopada” das Ilhas das Canárias no *ranking* das expulsões de cabo-verdianos.

Quadro V – Expulsões durante o ano 2005 (residência/ procedência)

CONCELHO DE RESIDÊNCIA	PAÍS DE EXPULSÃO							Total
	CANÁRIAS	ESPAÑA	FRANÇA	HOLANDA	LUXEMBURG	PORTUGAL	USA	
SANTA CATARINA	4	1	1	2	0	2	1	11
BRAVA	0	0	0	0	0	0	1	1
S. MIGUEL	6	0	0	0	0	0	0	6
R.GRANDE	1	0	1	0	0	1	0	3
S. VICENTE	0	0	2	0	1	0	5	8
MAIO	0	0	1	2	0	0	0	3
PRAIA	0	6	2	1	0	8	21	38
S. N ICOLAU	0	0	0	0	0	0	2	2
S.DOMINGOS	0	0	1	1	0	2	0	4
SANTA CRUZ	0	0	2	0	1	0	0	3
TARRAFAL	0	0	4	0	0	1	0	5
Total	11	7	14	6	2	14	30	86

Fonte: Relatório Anual da P.N

Só em Abril foram expulsos das Canárias 11 cabo-verdianos ligados ao tráfico humano, conforme o quadro que se segue. A maioria esmagadora de pessoas expulsas é originária da região sul, com destaque pelo concelho de São Miguel.

Em relação aos Estados Unidos, o mês com maior frequência de retorno foi o de Agosto. Com procedência da França, o mês com maior frequência foi o de Maio. Assim conclui o quadro como sendo meses de maior afluência de retornos, Abril, Maio e Agosto.

Quadro VI – Mês de entrada / país de expulsão

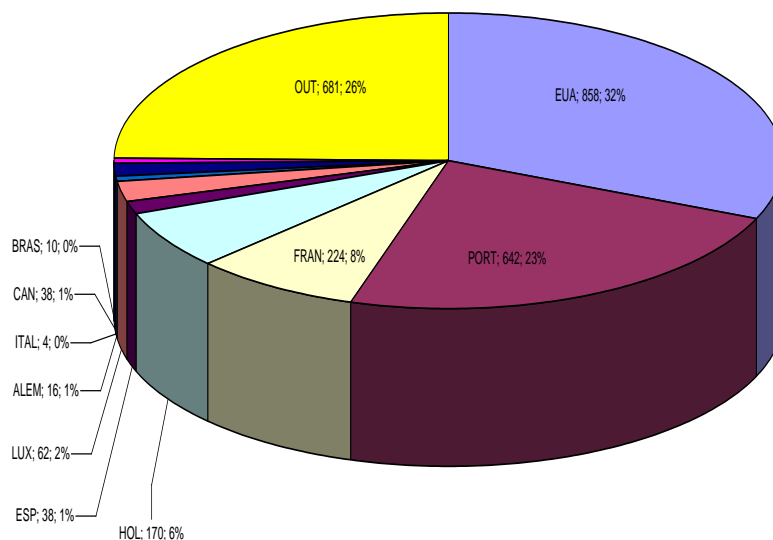
MÊS DE ENTRADA	PAÍS DE EXPULSÃO							Total
	CANA RIAS	ESPA NHA	FRAN ÇA	HOLA NDA	LUXEMB URG	PORTU GAL	USA	
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	1	2	3
MARÇO	0	0	0	0	0	1	2	3
ABRIL	11	1	2	1	1	1	4	21
MAIO	0	1	6	1	1	1	2	12
JUNHO	0	0	1	4	0	1	3	9
JULHO	0	0	3	0	0	3	3	9
AGOSTO	0	0	0	0	0	0	6	6
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0	2	2
DEZEMBRO	0	0	1	0	0	1	0	2
OUTROS	0	5	1	0	0	5	6	17
Total	11	7	14	6	2	14	30	84

Fonte: Relatório Anual da P.N

De um modo geral, este estudo permitiu, pela primeira vez, em Cabo Verde ter uma noção concreta de qual foi o volume de expulsão de nossos conterrâneos da diáspora durante 19 anos. Efectivamente, foram expulsos ao longo do referido período 1.715 cabo-verdianos. Porém, convém frisar que de 26% desses expulsos se desconhecem os respectivos países de expulsão, pois existem apenas relatos numéricos, abstendo-se de relatar os países de procedência bem como os motivos que determinaram os seus regressos compulsivos.

As principais proveniências desses nossos emigrantes insucedidos são; EUA (32, %), seguido de Portugal (23%), França (8%) e Holanda (6%). Espanha, Canárias, Luxemburgo, Alemanha, Brasil e Itália vêm emergindo num ritmo não menos acelerado em comparação com os países protagonistas de repatriamento de cabo-verdianos. À medida que os anos se avança, alguns países vêm emergindo como novos focos de expulsão de cabo-verdianos, o que é compreensível visto que a nossa diáspora está a globalizar-se cada dia que passa (Ver o gráfico seguinte).

GRAFICO III- COMPARAÇÃO DE Nº DE EXPULSÕES POR PAISES



O retorno compulsivo dos nossos emigrantes acarreta imensos problemas de natureza variada e o país não tem conseguido ainda vislumbrar uma solução para os constrangimentos económicos, sociais, culturais e, sobretudo, para a criminalidade decorrente de problemas de desajuste familiar e questões de saúde que se cristalizam por falta de alternativa na vida.

CAPÍTULO V

OS FACTORES SUBJACENTES ÀS EXPULSÕES DE JOVENS CABO-VERDIANOS DOS EUA

Pretende-se esclarecer algumas das razões que fizeram dos jovens emigrantes repatriados, produtos do próprio país acolhedor, contudo atirados e, ao mesmo tempo devido a sua conduta, atemorizadores do tecido social da sua origem.

Respostas a estas questões foram avaliadas *in loco* nos Estados Unidos e contêm alguns factores que caracterizam a deportação de cabo-verdianos, tais como a situação de ilegalidade e a prática de crimes, ou seja, causas próximas do repatriamento. Entretanto, a nossa atenção foi atraída pelas causas profundas do retorno compulsivo dos mesmos, tais como as questões de inserção social desses jovens imigrantes.

A esse propósito foram realizados inquéritos e entrevistas junto dos jovens, familiares destes e diferentes entidades ligadas à nossa comunidade em Boston e Brockton. Os resultados apontam-nos dois conjuntos de elementos de integração como responsáveis pela deficiente integração dos mesmos, que são o processo educativo e o choque cultural.

1- Condicionantes educativos

Efectivamente, os inquéritos levados a cabo, em Junho de 2002, em Boston e Brockton indiciam-nos alguns constrangimentos com a educação dos jovens cabo-verdianos imigrantes nos EUA.

Dos inquéritos a 33 chefes de famílias cabo-verdianas ali radicadas sobre os factores que condicionam a educação dos seus filhos, e cujas respostas foram confrontadas com as opiniões de 57 Jovens, filhos dos próprios, inquiridos também em Boston e Brockton, as opiniões foram convergentes, porquanto os ascendentes e os seus descendentes afirmaram que o princípio sob o qual o cabo-verdiano é educado é contrário ao dos americanos. Vejamos: os pais americanos são permissivos e consideram a prática de punição física como um atentado à integridade física do educando. São meros auxiliares, enquanto o Estado é o principal promotor de tarefas educativas. Contrariamente, o cabo-verdiano é o principal autor na educação do seu filho e o Estado mero observador. Assim sendo, para fazer valer a autoridade, infringe aos seus filhos castigos corporais. Esta dicotomia na perspectiva educativa dos nossos imigrantes constitui um triângulo de conflitos onde as autoridades

americanas, os pais cabo-verdianos e filhos destes vivem numa permanente desarmonia nos correspondentes ângulos. Enquanto as autoridades activam os seus mecanismos legais em defesa das crianças, os pais cabo-verdianos queixa-se de serem afastados para um papel secundário na educação dos seus filhos, pois uma simples denúncia feita pelo professor ou vizinho, de ter dado uma tapona ao filho é motivo para acusação de maus-tratos infligidos ao menor e, na existência comprovada de tal acusação, chega-se a retirar a guarda do filho e às vezes o pai é preso, (LOPES, José Francisco: 2001). Os filhos, geralmente adolescentes por vezes, num ambiente confuso, sem uma identidade própria, nem sempre conseguem resistir às pressões e resvalam para a marginalidade. Perante este choque cultural, a autoridade dos pais cabo-verdianos se fragiliza em benefício duma libertinagem dos seus filhos.

Um outro *handicap* na educação dos jovens filhos dos imigrantes nos EUA prende-se com facto de, geralmente, os pais não dominam a língua inglesa, ao ponto de os seus próprios descendentes lhes servem de tradutor, função essa que deprecia o controlo paterno, visto que o jovem reverte a seu favor tudo o que poderia lhe valer um puxão de orelhas. Aliás, segundo Felinto Elísio na sua entrevista à nossa televisão em 2001, “o conhecimento é o verdadeiro poder e esse poder é exercido pelos adolescentes, ludibriando os pais”.

Um outro grande défice constatado nessas duas cidades da nossa comunidade da nossa emigrada na nova Inglaterra é a fraca presença do pai, enquanto elemento masculino nos lares. O inquérito demonstra que as famílias cabo-verdianas imigrada são maioritariamente chefiadas por mulheres, pois 78 e 60 % dos chefes de família consultados em Boston e Brockton, respectivamente, são mulheres com uma idade média de 32 anos.

Das senhoras que declararam terem chefiado seus agregados familiares em Boston, 33% são divorciadas, 16% lutam sozinhas com as responsabilidades inerentes à educação dos filhos. E dessas, 29% nunca casaram. Entretanto suportaram a irresponsabilidade do seu parceiro, em prejuízo da qualidade educativa dos seus filhos.

Em Brockton, a situação não é diferente, visto que, do universo das mulheres cabeça da família, 19% pactuam com a anormalidade de relações com os seus parceiros, 17% são divorciadas e as restantes são mães que decidiram batalhar, sozinha, pela educação dos seus descendentes.

Sobre o factor “**instabilidade do lar**”, foi abordada a senhora Adiligardes Tolentino, Técnica Social do Consulado de Cabo Verde em Boston que nos fez a seguinte caracterização: “ *o imigrante cabo-verdiano é, via de regra, elemento da família que, por*

factores diversos, sobretudo económico, viu-se obrigado a ausentar-se do lar na sua terra, deixando filhos e cônjuge. Depois de longos anos de permanência e aventuras por terras americanas, adquire outros compromissos, por exemplo, filhos ou ainda um casamento forjado. Mais tarde, decide reagrupar a família. Entretanto, nesse longo período de separação e privação, sucederam vários factos pessoais que comprometem o processo de reunificação familiar. Os conflitos entre os progenitores, e destes com relação aos seus descendentes, tornam-se frequentes e cada vez mais agudos e, neste momento, em que se acentuam as diferenças de interesses devido às carências ou insuficiências de meios postos à disposição da família. São as incompatibilidades de relações afectivas que também imergem devido a ausência prolongada da figura de referência que é o pai e/ou a mãe ou então o casal. Entre os irmãos hostiliza-se a convivência, o conflito torna-se agudo no dia a dia devido aos desencontros de valores e o amparo do elemento importado torna-se anómalo, frágil, se quiser, simplesmente insuportável. É perante um ambiente de ruptura e de desconforto que o adolescente imigrante começa a experimentar as ruas de Dorchester e de Min street, recolhendo, partilhando e vivendo conhecimento com os seus pares.”

2. Choque cultural e os valores colectivos

A dimensão temporal e espacial é a condição fundamental para integração do imigrante, e o cabo-verdiano nos EUA não é uma excepção. Entretanto, o seu sentido de pertença e os seus valores colectivos constituem algum elemento limitador da sua integração.

Nas cidades nordestinas de Massachusetts (Boston e Brockton), a comunidade crioula vive afastada da sociedade autóctone. A separação traduz-se através das barreiras somáticas, num fechamento entre a massa imigrada e as demais comunidades. A língua, a cultura e a estruturação de todo o suporte resultam numa realidade chamada **“we-groupe”**, acarretando choques e traumas entre esses dois sistemas culturais diferentes e de situações sociais diversas. As igrejas e o bilinguismo são os exemplos mais evidentes desta situação.

O Frei João António Araújo, então clérigo da Comunidade Religiosa em Boston e Brokton, diz-nos que a igreja católica de cabo-verdianos funciona num circuito fechado, pois não existem intercâmbios com a sua congénere na América e entre os religiosos imigrantes e

autóctones inexistem contactos ou, trocas de experiências, com prejuízos uma socialização completa que se traduza na aceitação de culturas autóctones.²¹

Perante tal atitude, ainda a maioria dos nossos emigrantes continuam a ser um estranho inserido num contexto alheio que não oferece garantia e nem *status*, e, na subalternidade de identidade e direito, acabam por se posicionar no baixo escalão de estratificação da sociedade americana. Todavia, é motivo de orgulho aqueles que conseguiram singrar e, hoje, são elementos referenciais de toda a comunidade.

²¹ Entrevista concedida por João Alves, frei capuchinho da comunidade religiosa do distrito de Boston e Brockton (2001).

Quadro VII – Caracterizador dos jovens imigrantes Cabo-verdianos nos EUA

	SEXO		F. ETÁRIA				L. NASCIMENTO			E. CIVIL			ANO. ESCOLA			L. FALADA			MEMBRO DE GRUPO			
	FEM	MAS	15/19	20/24	24/+	Estrang.	Fogo	Santiago	S. Vicente	Casados	Solteiros	U. de Facto	6 Ano	9Ano	13Ano	Inglesa	Portuguesa	Outras	Religião	Associação.	Desportivo	Nenhum
BOSTON	13	19	5	14	2	3	17	12	2	1	28	2	7	19	5	28	10	31	4	9	3	16
BROCKTON	8	18	5	7	13	1	4	19	2	4	18	4	6	7	12	26	18	25	4	2	3	14

Fonte: Inquérito realizado nos EUA pelo signatário (2002)

CAPÍTULO VI

A (RE)INSERÇÃO DOS JOVENS EMIGRANTES RETORNADOS – O CASO DA BRAVA

Previamente informado do número dos retornados de estrangeiros que coube à mais pequena ilha do arquipélago, em Fevereiro do corrente ano, deslocou-se o signatário ao berço da emigração cabo-verdiana, recolhendo dados e subsídios para o presente trabalho.

Seguindo a metodologia previamente programada, (ver o anexo 1), aplicou de dois questionários: um a um grupo de 15 retornados e outro a 33 cidadãos todos residentes, visando conhecer melhor as características e o grau de (re) inserção desses nossos conterrâneos bem como a ideia que a população da Brava possui a seu respeito.

Caracterização dos retornados

O perfil dos retornados à Brava foi feito com base nos dados recolhidos perante uma amostra representativa de três comunidades.

Num universo de 45 retornados que naquele momento residia na Brava, foram inqueridos 1/3, incidindo sobre os procedentes dos Estados Unidos, das cidades de Boston, Brockton e Pawtucket. A análise dos resultados mostra que todos os repatriados residentes na Brava eram homens, tendo 14 destes indivíduos nascido na própria ilha donde foram levados pelos familiares para aquele continente, quando ainda eram crianças.

No que concerne à sua idade, constata-se que são todos jovens com a idade média de 23 anos. Mais da metade dos inquiridos encontram-se no grupo etário dos 15-19 anos, 1/3 entre 20 e 25 anos e o resto tinha mais de 30 anos.

Relativamente à situação familiar, constata-se que mais de 2/3 dos inqueridos são solteiros e os restantes são casados ou vivem em união de facto. Em relação aos casados e /ou conviventes, todos declaram terem cônjuge nos Estados Unidos, o que significa ter havido uma dispersão do núcleo familiar. Importa ainda salientar que embora jovens e maioritariamente solteiros, todos os inquiridos são pais, com uma média de 2 filhos que deixaram, a maioria deles, com a mãe nos Estados Unidos.

No tocante ao grau escolar ou profissional, a primeira grande ilação a que se chega, é que mais da metade dos inquiridos possuem um nível razoável de educação, ou seja, estudaram entre o 9º e o 12º ano de escolaridade, entre os quais, um com frequência de estudos superiores em área de Matemática.

A nível do conhecimento da língua falada, o quadro seguinte mostra que todos falam a língua inglesa, a língua cabo-verdiana; apenas 8 sabem expressar-se em português e 3 em espanhol.

Quadro N° VIII – Antes da expulsão dos EUA

LÍNGUA FALADA	PORTUGUESA	INGLESA	CABOVERDIANO	ESPAÑHOLA	FRANCESA
NÚMERO	8	15	15	3	1

Fonte: Inquérito levado a cabo pelo signatário (2000)

O panorama da formação obtida durante a estadia no estrangeiro pelos retornados inquiridos evidencia-nos que mais da metade deles não frequentaram qualquer espécie de formação profissional, contudo aprenderam fazendo. Dos 9 que ter frequentado cursos de formação profissional, essas foram nos domínios de electricidade, informática, mecânica, bate-chapa, artesanato e matemática.

Relacionando o grau escolar actualmente detido com as habilitações profissionais, chega-se a conclusão à conclusão de que a estadia desses indivíduos nos EUA não foi significativa, no que diz respeito ao nível de escolaridade e/ou à formação profissional, reflectindo, deste modo, em dificuldades de integração no mercado de trabalho cabo-verdiano, sobretudo na administração pública. Parece-nos legítima a conjectura de que uma emigração não qualificada e de baixa escolaridade, que é o caso de Cabo Verde em geral e da Brava em particular, corresponde um retorno igualmente não qualificado e de baixa escolaridade (Monteiro César:1984).

Durante a estadia destes retornados nos EUA e atendendo o impacto com o mundo de trabalho, o quadro seguinte leva a concluir que todos os inquiridos trabalhavam antes da sua respectiva expulsão. O foco central fora as fábricas e restaurantes, pois 10 retornados trabalhavam em fábricas e 10 foram empregados de restaurantes.

Quadro nº IX – Sector do emprego antes da expulsão dos EUA

SECTOR	FÁBRICA	RESTAURANTE	COSNT.CIVIL	COMÉRCIO	ARTESANTO	LIMPEZA	JARDINAGEM	TOTAL
Nº	10	10	5	3	3	9	5	45

Fonte: Inquérito levado a cabo por signatário (2002):

No concernente às causas ou motivos de retorno dos emigrantes da Brava, como já se tinha dito no contexto geral, derivam-se de duas grandes classes de problemas: classe de problemas administrativos e classe de problemas sociais (TAVARES: 19996)

Dos 45 retornados naturais da Brava, que correspondem a 5,4% dos nossos emigrantes expulsos do estrangeiro ao longo da década de 90, 9/10 tiveram como causa das suas expulsões o tráfico de drogas e assalto e/ou roubo às pessoas, e os restantes 1/10, por homicídio, agressão e delinquência.

Quanto à situação actual perante o trabalho, continua a verificar-se um alto nível de inactividade, pois apenas ¼ dos inquiridos possuem emprego em casas comerciais e/ou, conta própria, pelo que, devido à precariedade do vínculo, consideram desempregados.

Questionados sobre períodos de desemprego em Cabo-Verde, todas as respostas foram afirmativas. O total de 2/3 dos inquiridos subsiste com o produto de alguns “biscates” ou solidariedade de alguns amigos e familiar, e 1/3 dependem absolutamente de remessas procedentes dos familiares nos Estados Unidos da América.

Face ao desemprego e à situação dos nossos inquiridos, importante se torna saber como e onde esses repatriados procuram emprego. Sobre esta questão, constatámos que, em respostas múltiplas, 6/10 dos inquiridos inscreveram-se na Delegação da Antiga EMPA e Câmara Municipal, e 1/10 não procuram qualquer emprego, enquanto que 7/10 encontram-se inscritos no Centro do Emprego.

Nível de integração dos retornados

A primeira conclusão que se possa chegar quanto à integração dos retornados residentes na Brava é a precariedade de recursos com que esses homens se confrontam no seu dia-a-dia. Vejamos os resultados do inquérito à esse respeito, as dificuldades da reinserção começam nas fronteiras do país, pois apenas 1/15 dos inquiridos foram acolhidos pelas

autoridades. Os restantes foram deixados à mercê da sua sorte nas mãos da Polícia de Fronteira.

Numa grelha tripla de respostas múltiplas foi caracterizado o grau de dificuldades que cada inquerido teve de enfrentar à chegada ao país: 7/15 apontaram as dificuldades no ingresso ao mercado de trabalho, 5/15 acham-se discriminados e demasiadamente rotulados como elemento negativo à sociedade, 8/15 acusam serem marginalizados a participar em actividades sócio-recreativas, pois não são convidados, 6/15 são normalmente convidados e os restantes não responderam às questões.

Continuando a avaliação, constata-se que 2/5 no universo dos inquiridos não têm onde morar, 1/3 não sabem expressar e escrever em Português, 1/3 não podiam continuar os seus estudos e 1/5 não conheciam pessoas na Brava.

Utilizando a mesma grelha tripartida de respostas para caracterizar a integração desses jovens retornados, 13 disseram não ter um emprego, 11, falta de apoio institucional, 4, apoio familiar e habitação.

O quadro seguinte contém factores caracterizadores das opiniões dos expulsos residentes acerca de emprego, habitação, relação com as autoridades locais, bem como acessos aos bens e serviços públicos.

Quadro X – Caracterização da integração dos retornados

SECTORES					TOTAL
	BOA	RAZOÁVEL	INSUFICIENTE	MÁ	
EMPREGO		1		14	15
HABITAÇÃO	1	10		4	15
REL. C/ ADMINISTRAÇÃO	2	3	2	4	15
REL. C/ AUTRIDADES LOCAIS	2	3		10	15
CONTACTOS C/ INST DE COMUNIDADES	5	8	2		15
SAUDE	4	3	3	5	15
APOIO DO ESTADO		1		14	15

Fonte: Inquérito levado a cabo na Brava signatário, 2006:

Conforme os dados, o emprego, o apoio do Estado, a relação com as autoridades locais, foram classificados por expulsos residentes de mau. Razoáveis foram caracterizados o contacto com o Instituto das Comunidades e as habitações e, quanto à saúde, as opiniões divergem. No entender dos inquiridos, o apoio aos jovens retornados é insatisfatório, pois

nem o Estado nem a sociedade civil, quanto mais as ONG, fizeram algo para minimizar as dificuldades à sua readaptação. A participação nas questões política e social como meio integrador desses deportados é fraca, pois apenas 3/10 dos inquiridos fazem parte dos grupos da Académica e Basquetebol da Brava.

Os dados recolhidos das respostas múltiplas ao inquérito, por questionário junto aos 33 residentes da Brava, utilizando alguns sectores de integração, nomeadamente a segurança pública, a civilidade e a criminalidade, permitiram a seguinte conclusão:

Quanto à segurança, a Brava já não é aquela ilha pacata e segura de ontem, pois 9/10 dos entrevistados admitiram que hoje há roubos, furtos e agressões, embora os níveis de instrução das pessoas sejam mais elevados. Relativamente ao civismo, a situação era melhor outrora porque hoje as pessoas pouco se respeitam, sobretudo os retornados que insultam as pessoas. Esta é também a opinião de 8/10 das pessoas questionadas, embora 2/10 tenham versão contrária.

A criminalidade hoje é mais frequente na Brava do que antigamente, apesar do nível de instrução ser mais elevado e haver maior exercício de autoridades, eis a conclusão unânime dos inquiridos.

Quadro XI – Opinião dos retornados

SECTORES	HOJE É MELHOR	ONTEM FOI MELHOR	TOTAL
SEGURANÇA	32	1	33
CIVILIDADE	31	2	33
CRIMINALIDADE	33	-	33

Fonte: Inquérito levado a cabo na Brava signatário, 2006.

Sobre o comportamento cívico dos retornados, de acordo com os resultados recolhidos não é de todo satisfatório, mas é aceitável na comunidade, visto que a maioria dos inquiridos assim o classifica. Entretanto, 33,3% acham que a conduta dos mesmos são, de todo, reprovável e apontam atitudes menos correctas assumidas por esses indivíduos, tais como o consumo e tráfico de drogas, agressões às pessoas, roubo, alcoolismo, furto, ofensa e insultos públicos. Confrontando as opiniões dos bravenses com as dos retornados, estes não se consideram protagonistas de comportamentos menos correctos, aliás, acham os seus comportamentos tão correctos como de qualquer outro cidadão da Brava e consideram que o juízo do tipo só confirma o estigma social que, infelizmente, ainda reina a seu respeito, e, por isso mesmo,

são rotulados de indivíduos maus e, conseqüentemente, discriminados. Sendo assim, como defesa preferem viver isolados numa espécie de gueto, “numa prisão” como eles mesmos admitem.

Quadro XII – Auto caracterização cívico dos retornados

NÍVEL	BOA	RAZOÁVEL	MÁ	TOTAL
NÚMERO	3	20	10	33

Fonte: Inquérito levado a cabo na Brava pelo signatário (2006).

Quanto à integração dos jovens retornados, os dados apontam um problema sério para o país e, particularmente, para Brava. Esta ilha, porque muito cedo apostou na emigração, vê frustrados os seus objectivos, quando seus filhos retornam de mãos a abanar. Para os bravenses, o pior que lhe pode acontecer, é defraudar a sublime esperança. Sendo assim, consideram esses retornados um fracasso.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES /RECOMENDAÇÕES

1. Conclusões

Pretende-se retomar de forma sintética algumas conclusões que têm sido tiradas ao longo de diversos capítulos que constituem esta monografia, bem como apresentar algumas recomendações preliminares. Todavia, estamos convictos de que este trabalho dará a sua contribuição para uma melhor compreensão sobre o fenómeno de retorno de nossos emigrantes, sobretudo aqueles que, por constrangimento administrativo, foram compulsivamente retornados.

O repatriamento compulsivo tem vindo, nos últimos anos, a ganhar intensidade e a preocupar as autoridades cabo-verdianas, se bem que não se trate de um fenómeno recente. Basta observarmos os dados sobre a periodicidade da expulsão anual dos nossos patrícios, as causas, os países de procedência, a sua caracterização social, bem como o grau de (re)inserção dos mesmos, para concluirmos da dimensão do problema.

De acordo com os dados existentes, foram efectuados, ao longo dos últimos 20 anos, 1.715 repatriamentos²², dos quais 362 provenientes dos Estados Unidos da América, 243 de Portugal, 74 da França, 72 da Holanda, 25 de Luxemburgo, 8 da Espanha, 6 de Canárias, 5 do Brasil, e 2 da Itália;

- A cidade da Praia acolheu 45,2 % dos indivíduos expulsos da emigração em 2006. Dentre esses, 18,4% são pessoas que traficaram estupefacientes nos respectivos países de expatriação quando foram presos;
- A Brava, para além de pequena, é uma das mais pobres ilhas do arquipélago e nela vivem, actualmente, mais de quatro dezenas de homens votados ao abandono, que para cúmulo de circunstâncias, poderão produzir reflexos viciosos tanto para esses retornados como, ainda reproduzir experiências que contagiam o próprio tecido social da ilha;
- No universo de 45 repatriados, todos são jovens da Brava com a idade média de 23 anos de idade e mais da metade dos inqueridos encontram-se no grupo etário 25-19 anos, 1/3 têm 20 a 24 anos e o resto tinha mais de 30 anos. Todos declaram ter cônjuge nos Estados

²² A média da idade dos cidadãos nacionais repatriados dos Estados Unidos é de 32 anos, de Portugal e França são de 38 anos.

Unidos, o que significa ter havido uma dispersão do núcleo familiar. Importa ainda salientar que, embora jovens e maioritariamente solteiros, têm uma média de 2 filhos que ficaram, a maioria deles, com a mãe nos Estados Unidos.

- Os retornados residentes na Brava que correspondem a 5,4% dos emigrantes expulsos ao longo da década de 90. Desses, 9/10 foram expulsos por tráfico de drogas, e 1/10 foram por assalto e/ou roubo às pessoas, homicídio, agressão e delinquência;
- O país não tem conseguido ainda apontar uma solução para os constrangimentos económicos, sociais, culturais e, sobretudo, para a criminalidade, decorrentes de problemas de desajuste familiar e questões de saúde que as expulsões acarretam;
- As instituições vocacionadas como o Estado, as Câmaras Municipais, a sociedade civil, a família e a religião, detêm um papel dominante no acolhimento e encaminhamento dos retornados, de modo a garantir-lhes uma reconciliação social sem estigma ou conflitos;
- Em Cabo Verde, conhecem-se dois projectos sobre a integração social dos retornados da emigração: o Projecto de Reinserção Social dos Retornados Compulsivos da Emigração, o qual foi proposto a partir da minha monografia e está copulado ao Instituto Caboverdiano de Solidariedade, com alto patrocínio do Sr. Primeiro-Ministro, e o Projecto sobre a Integração Social dos Cidadãos Nacionais Expulsos do Estrangeiro, proposto pelo Instituto das Comunidades. Ambos os projectos aguardam as suas concretizações, vários anos. Entretanto, o IC tem introduzido três gabinetes de atendimento e acompanhamento dos retornados no Sal, Praia, Fogo e Brava;
- As expulsões dos nossos Jovens dos EUA são motivadas por duas grandes razões: causas próximas, que têm a ver com questões de imigração irregular, e causas profundas que envolvem elementos de inserção social, tais como condicionalismo educativo, choque cultural e perda de valores colectivos;
- Nas causas profundas de expulsões deve-se reconhecer a cultura educacional dos filhos dos nossos emigrantes, pois a forma como o cabo-verdiano educa os seus filhos, é contrária a dos americanos. Estes são permissivos em relação aos seus educando o que choca com o recurso à violência com que os patrícios se apoiam para fazer valer a sua autoridade nos filhos, impondo castigos corporais.

- Ainda nota-se um outro grande défice na estrutura educacional dos cabo-verdianos, em Boston e Brockton, que é a fraca presença do elemento “pai”, nos lares de famílias cabo-verdianas, pois são maioritariamente chefiadas pelas mulheres²³,
- De ponto de vista nacional, a comunidade crioula vive afastada da sociedade autóctone nessas duas cidades. A divisão manifesta-se, não só através de obstáculos somáticos num fechamento entre a massa imigrada e as demais comunidades mas, a língua, a cultura e a estruturação de todo o suporte resultam numa realidade chamada “ **we-groupe**”, com choques e traumas entre esses dois sistemas culturais diferentes e de situações sociais diversas. As igrejas e o bilinguismo são os exemplos mais evidentes desta situação.

2. Recomendações

Assim, feito o ponto da situação e inventariados os principais problemas e constrangimentos com que se debate o sector da emigração e comunidades, recomenda-se a adopção das seguintes medidas, nas áreas ou domínios, a saber:

- Deveria o Estado de Cabo Verde dispensar maior atenção aos problemas de integração nos países de acolhimento, nomeadamente, aos que afectam as crianças e jovens, de modo a prevenir situações que possam levar ao repatriamento, estabelecendo acordos com os Estados receptores que incidam favoravelmente na resolução desta problemática;
- Dinamizar acordos de colaboração entre o Governo de Cabo Verde e os dos países de acolhimento, nomeadamente, França, Portugal e Estados Unidos, que promovam o respeito pelos direitos e pela dignidade dos seus nacionais, em todos os processos de repatriamento;
- Deveria o Ministério do Trabalho e Solidariedade, através da Direcção Geral de Solidariedade Social, instituição vocacionada para a problemática da exclusão social, assumir a responsabilidade de execução do projecto Integração dos Repatriados;
- Realizar a integração sócio-económica dos repatriados (cidadãos nacionais expulsos do estrangeiro) numa perspectiva holística, abrangendo os diversos

²³ Conforme o resultado do inquérito realizado em 2002 nos EUA, cerca de 78 % e 60% dos chefes de família consultados em Boston e Brockton, respectivamente, são mulheres com a média de idade de 32 anos;

domínios da pessoa humana, nomeadamente, saúde psíquica/física, económico/laboral, social/cultural;

- O Projecto de Integração dos Repatriados em Cabo Verde será localizado nos seguintes concelhos onde a problemática se coloca com maior incidência, nomeadamente: Praia, Mosteiros, São Filipe, Brava, Santa Catarina, Tarrafal, São Miguel, Santa Cruz e São Vicente;
- Mobilizar recursos financeiros e outros que possibilitem a implementação do projecto em causa, nomeadamente através da OIM;
- Desenvolver parcerias com governos e autarquias dos países de acolhimento, tendo em consideração o intercâmbio cultural e a formação dos descendentes, através, nomeadamente, da atribuição de bolsas de estudos;
- Influenciar organizações da sociedade civil da diáspora, no sentido de se promover a organização e a liderança com vista ao aproveitamento das capacidades existentes;
- Apoiar o associativismo, bem como o aparecimento das federações e casas de Cultura junto das comunidades emigradas;
- Apoiar as acções de reforço da identidade e da cultura cabo-verdiana junto dos emigrantes;
- Promover junto da Transportadora Aérea modalidades de preços acessíveis para a deslocação a Cabo Verde de grupos de idosos e de jovens descendentes de cabo-verdianos;
- Elaborar uma estratégia de intervenção para o reforço do movimento associativo juvenil e da identidade cultural dos jovens descendentes de cabo-verdianos e facilitar intercâmbios com associações em Cabo Verde;
- Definir claramente uma política para o investimento do emigrante;
- Equacionar a oportunidade da criação de uma lei para o investidor emigrante;
- Assinar protocolos com os países expulsantes de emigrantes com o objectivo de se preparar, da melhor forma possível, o regresso e o acolhimento desses cidadãos em Cabo Verde;

- Promover negociações com os governos dos países de acolhimento que permitam a conclusão de acordos bilaterais, regulando as obrigações específicas em matéria de readmissão e repatriamento dos nacionais cabo-verdianos;
- Continuar a promoção de estudos sobre as comunidades emigradas;
- Estudar e criar um mecanismo adequado de articulação e acompanhamento que facilite a integração das políticas das várias instituições com intervenção no sector da emigração, na perspectiva da busca de soluções conjuntas para os problemas;
- Acompanhar, mais de perto e mais atentamente, as mudanças económicas, sociais, políticas e culturais que se operam no contexto internacional, mormente nos países de acolhimento, tendo em atenção os seus eventuais reflexos ou repercussões nas condições de vida das comunidades cabo-verdianas emigradas.

VI. BIBLOGRAFIA

- CARREIRA, António (1983) – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Praia: Instituto Caboverdiano do Livro;
- CARREIRA, António, (1984) – *Cabo Verde - aspectos sociais e fome do século XX*, Lisboa: Ulmeiro;
- ANDRADE, Elisa (1996) – *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1940-1975)*, Edition l’Harmattan;
- LOPES FILHO, João (1996) – *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde – Formação da sociedade e mudança cultural*, Lisboa: S.G.M.E;
- MONTEIRO, César Augusto (1997) – *Comunidade emigrante – visão sociológica – O Caso da Itália*. São Vicente;
- SECRETARIA DE ESTADO DE LUTA CONTRA A POBREZA (1999) – *Programa Municipal de Luta contra a Pobreza – Concelho da Brava*, Praia;
- INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE (1994) – *Relatório da visita da Sua Ex.^a o Senhor Secretario de Estado de Emigração e das Comunidades ao Canadá e aos Estados Unidos*, Praia;
- INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE (1995) – “Anexo 2”, in *Relatório Anual*, Sal ;
- INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE (1997) – “Quadro com Relação à Evolução dos Deportados”, Sal;
- SILVA, Madalena (1993) – “Preocupações, Sugestões, Práticas”, Sal: Instituto de Apoio ao Emigrante;
- EMBAIXADA DE CABO VERDE EM WASHINGTON (1998) – *Deportação por ano 1987-1988*, Estados Unidos da América;
- INSTITUTO DE APOIO PARA DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL (1984) – *Retorno dos emigrantes e desenvolvimento regional*, Lisboa.